

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e
14ª Conferência Internacional de História de Empresas**

Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019



**A ECONOMIA DE ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA NO IMPÉRIO
PORTUGUÊS (1750-1820)**

André Fernando dos Passos

A ECONOMIA DE ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA NO IMPÉRIO
PORTUGUÊS (1750-1820)

SANTA CATARINA'S SUPPLY ECONOMY IN THE PORTUGUESE EMPIRE (1750-1820)

André Fernando dos Passos¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar parte de uma pesquisa em andamento sobre a formação das unidades escravistas em Santa Catarina na virada do século XVIII para o XIX, época de expansão da economia atlântica e da escravidão em ambientes coloniais. O argumento principal é o de que o aumento do tráfico de escravos para o Brasil no período não correspondeu somente ao aumento da escravidão em áreas voltadas à exportação, mas, também criou condições para a formação de unidades escravistas em outros locais, distantes dos grandes centros agroexportadores - como a capitania de Santa Catarina - que se conectava ao mercado atlântico através da economia de abastecimento, fornecendo bens materiais de subsistência ao passo que importava mão de obra escrava e artigos industrializados. Esta pesquisa busca entender como a produção da capitania de Santa Catarina se inseriu na economia mundo a partir da inserção de sua produção na economia colonial de abastecimento. Para isso, fiz um balanço do processo de colonização da região catarinense em aspectos referentes ao povoamento e a sua produção em um recorte de tempo reconhecido pela historiografia como de dinamização da economia mundial moderna. Utiliza-se, para isso, diálogo com a pesquisa bibliográfica e com fontes provenientes do Conselho Ultramarino (1750-1820).

Palavras-chaves: Economia; Abastecimento; Escravidão; Colonização; Santa Catarina.

ABSTRACT

The objective of this article is to present part of an ongoing research about the formation of slave units in Santa Catarina at the turn of the 18th and 19th centuries, period of expansion of the atlantic economy and of the slavery in colonial environments. The main argument is that the increase of the slave trade to Brazil in this period did not correspond only to the increase of slavery in areas directed to exports, but also created conditions for the formation of slave units in other places, far from the large agro-export centers – such as Santa Catarina captaincy – which connected to the Atlantic market

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

through the supply economy, providing subsistence material goods while importing slave workforce and industrialized goods. This research seeks to understand how the production of Santa Catarina captaincy inserted itself in the world economy through the insertion of its production in the colonial supply economy. For this, I have made a balance of the colonization process of the region in aspects regarding the settlement and its production in a time cut known by historiography as the dynamism of the modern world economy. We have used, for this purpose, a dialogue with bibliographical research and sources from the Conselho Ultramarino (1750-1820).

Keywords: Economy; Supply; Slavery; Colonization; Santa Catarina.

A formação escravista das Américas na virada do século XVIII para o XIX, época de expansão da economia mundial moderna, foi vista por Dale Tomich, em seu livro *Pelo Prisma da Escravidão*, como parte da formação econômica de pontos geográficos interdependentes (metrópole e colônia) e dentro de interesses estratégicos das potências colonizadoras. As categorias sociológicas de interpretação “escravidão” e “capitalismo” não foram vistas como sistemas econômicos antagônicos, de leis próprias, incongruentes e separados dentro do mesmo espaço-tempo, mas, antes, foram vistas como duas faces da mesma moeda, que ao se relacionarem, ajudaram a compor o processo de consolidação da economia mundial moderna. (Tomich, 2011)

Segundo o autor, entre 1760 e 1860, o processo de industrialização, urbanização e crescimento da população europeia, mudaram o padrão da demanda do mercado mundial. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores das fábricas europeias com seus ganhos salariais passavam a consumir cada vez mais açúcar e café e ao mesmo tempo em que a escravidão negra era abolida nas colônias francesas e britânicas, era também a escravidão intensificada nas colônias portuguesas e espanholas, resultado da concorrência que visava garantir os melhores preços no fornecimento de produtos coloniais.

As formações escravistas das Américas, portanto, foram moldadas à medida que se inseriam no mercado global, exportando *commodities* e importando mão de obra e produtos de origem industrializada. As últimas décadas do século XVIII e as duas primeiras do XIX assistiram a um aumento da população escrava nas colônias espanholas e portuguesas das Américas sem precedentes. A escravidão passava a configurar novos espaços coloniais, dando surgimento a novas zonas de produção escravista, que caracterizaram parte da expansão material da economia mundial oitocentista. (Tomich, 2011)

A tendência relativamente prolongada de alta nos preços dos produtos coloniais de exportação iniciada em fins do século XVIII estimulou muitos senhores de engenhos e lavradores da Bahia a trocar suas roças de subsistência pela compra de alimentos no mercado local. (Barickman, 2003) No Rio de Janeiro, diversos inventários *post mortem* de senhores de engenhos cariocas detentores de mais de cem escravos demonstram a inexistência de produções de alimentos em suas propriedades durante as primeiras décadas do século XIX. (Fragoso & Florentino, 2001, p. 149) Com isso, se pode afirmar que a produção de subsistência não estava concentrada dentro das *plantations*, como se

supunha, mas essas áreas de produção escravista voltadas à exportação tiveram com áreas produtoras de alimentos uma intensa atividade mercantil e Santa Catarina, manteve com o Rio de Janeiro, nesse período, um intenso intercâmbio de mercadorias.

A partir de 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e com o processo de abertura dos portos, teve-se um maior dinamismo econômico na colônia de Portugal. A vinda da Corte para o Rio de Janeiro ampliou as proporções da demanda no mercado consumidor carioca, aumentando as necessidades básicas de sua população. O processo de interiorização da metrópole aumentou consideravelmente a população do Rio de Janeiro, ao ponto de o governo local isentar as lanchas costeiras de taxas que conduziam mantimentos e artigos de construção para toda baía de Guanabara. A nova conjuntura aberta após 1808 expôs o mercado carioca em expansão a conviver com crises de abastecimento, impelindo o regente a incentivar a produção de gêneros de primeira necessidade na Colônia, de modo que o processo de abertura dos portos correspondeu ao período de elaboração de uma nova política econômica para a colônia de Portugal que passava a contemplar a integração comercial do Centro-Sul, resultando em um processo de articulação mercantil desenvolvido pela Coroa portuguesa entre as áreas produtoras mais distantes voltadas para o mercado de abastecimento e o mercado consumidor carioca, localizado em uma zona voltada à exportação. (Lenharo, 1999)

Em Santa Catarina, a chegada de novos escravos africanos e de mercadorias vindas do exterior, ocorria, sobretudo, através da etapa interna de cabotagem e em um momento em que a agricultura de abastecimento do litoral catarinense correspondia à demanda crescente por alimentos da cidade do Rio de Janeiro. Nessa mesma época, na medida em que o Rio de Janeiro vinha se consolidando como principal polo de importação e redistribuição das mercadorias encontradas no interior da Colônia, a capitania do Rio de Janeiro, para garantir seu abastecimento, manteve com o sul da colônia uma intensa atividade mercantil, época em que áreas produtoras de alimentos como Santa Catarina viveram uma fase de distinta prosperidade econômica, aumentando sua importação de escravos para trabalhar nas pequenas e médias propriedades agrícolas locais e, em paralelo, aumentando suas exportações de alimentos e matérias-primas.

A seguir, por meio das Provisões do Conselho Ultramarino, procuro entender como a produção localizada em Santa Catarina se relacionava com o mercado de abastecimento à medida que aumentava as exportações coloniais para os países europeus. Procuro

entender a colonização de Santa Catarina como um processo de formação de novos núcleos populacionais e de aceleração do processo produtivo local, em tempo caracterizado pelo interesse do Estado português em consolidar e tirar maior proveito de seu domínio no ultramar e pela dinamização das trocas de mercadorias na economia mundial moderna.

A nova conjuntura global na virada do século XVIII para o XIX mudou o padrão dos núcleos populacionais e da demanda no mundo inteiro. Em certa medida, isso também ocorreu em Santa Catarina, desde ao menos 1750, quando a Coroa portuguesa procurou povoar o local efetivamente com o incentivo à vinda de casais açorianos e madeirenses e com o incentivo dado ao aumento da produção local, que passou a se intensificar e se integrar ao mercado de abastecimento colonial.

Como vimos, o processo de urbanização dos grandes centros metropolitanos mudou o padrão da demanda mundial por produtos coloniais. Tais produtos passaram a ser exportados com maior intensidade a partir do aumento do uso da escravidão no processo de fabricação. Também devemos supor que em certa medida o aumento da população e da escravidão nos ambientes coloniais foi quem proporcionou o aumento da demanda europeia, visto que na Colônia, eram produzidos com menor custo em razão da manutenção da escravidão. Uma via elástica, portanto.

A Ilha de Santa Catarina, desde meados do século XVIII, foi um importante ponto de reabastecimento para aqueles que se dirigiam ao Rio Grande e ao mercado do Rio da Prata. Diversos relatos de viajantes comprovam as vantagens do porto de Desterro ao do Rio de Janeiro quando necessitavam arribar para fazer o abastecimento das naus. Na Ilha de Santa Catarina se poderia arrumar excelente água, artefatos de barro e provimentos a preços cômodos, além de evitar a burocracia da entrada no Rio de Janeiro, um local muito mais movimentado. (Santa Catarina, 1979)

Com o objetivo de garantir a posse territorial de um lugar ao mesmo tempo próximo ao mercado exportador do Rio de Janeiro e que servia de base para os viajantes que seguiam a fim de fazer comércio no Rio da Prata, a Coroa portuguesa capitaneou um projeto de ocupação do litoral sul da Colônia, após a vinda dos bandeirantes e do reconhecimento do litoral, onde passava, em meados do século XVIII, a incentivar a fixação de casais de origem portuguesa, principalmente açorianos e madeirenses, que

passaram a se instalar nas diversas freguesias de Santa Catarina. Calcula-se que entre 1748 e 1756 cerca de quatro mil a seis mil pessoas tenham se retirado das ilhas de Açores e Madeira e se deslocado para a região de Santa Catarina. (Piazza, 1982, p. 59)

De acordo com um mapa populacional encontrado nos documentos avulsos provenientes do Conselho Ultramarino referentes à capitania de Santa Catarina, a região possuía em 1750 um total de 9.758 pessoas. Ainda que muitos pudessem burlar o censo para tentar escapar do recrutamento às forças do exército, a estimativa realizada por funcionários reais (chamada de “mapa populacional”) teve ao menos a intenção de mapear os casais de imigrantes recém-desembarcados em solo catarinense, pois fez questão de distinguir “casais das Ilhas” daqueles ditos “da Terra.” A expressão usada e a distinção feita pelo recenseador anônimo parecem ter a intenção de distinguir os casais imigrantes das Ilhas de Açores e Madeira daqueles descendentes dos bandeirantes, primeiros povoadores de descendência portuguesa.

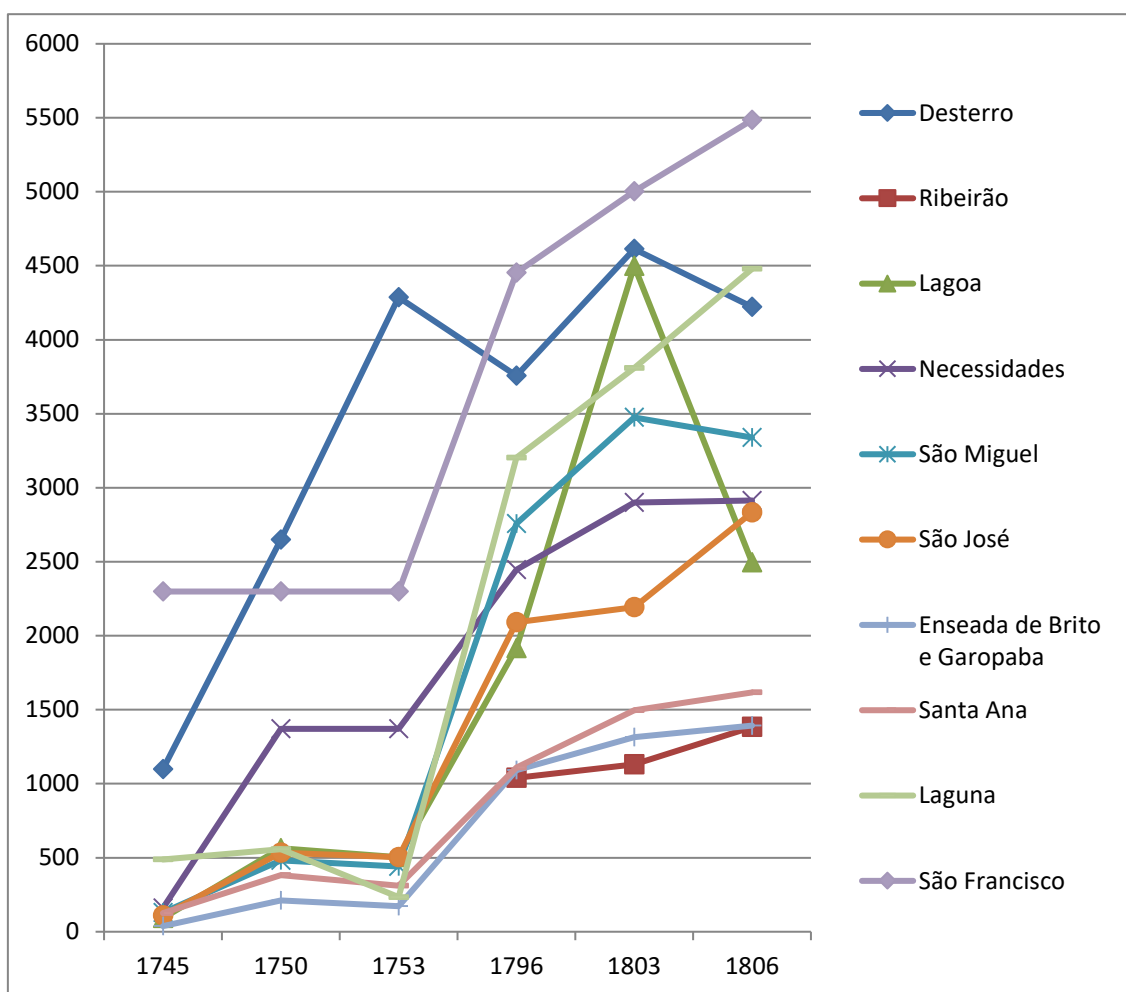
Interessante notar a mudança na distribuição desses novos imigrantes pelo interior da capitania. Até então, antes da imigração açoriana e madeirense, a população de Santa Catarina estava concentrada majoritariamente na freguesia de São Francisco do Sul (50%), seguida por Desterro (25%) e Laguna (10%) e o restante nas demais freguesias.

Já em 1750, época dos primeiros desembarques desses casais, quase que a metade (46%) da população total da capitania era composta por casais de ilhéus e seus filhos, distribuídos pelas freguesias de Desterro, núcleo populacional que neste momento passou a concentrar 27% do total da população da capitania e em que casais ditos “da Ilha” correspondiam a 60% da população. A freguesia da Lagoa, situada às margens da Lagoa da Conceição, tinha 80% de sua população composta por casais ilhéus e a freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, também localizada na Ilha de Santa Catarina, tinha o maior percentual populacional encontrado desses casais e seus descendentes recém-chegados numa mesma freguesia (90%). São Miguel da Terra Firme e Santa Ana, situadas no continente, tinham 72% e 67% de sua população composta de imigrantes portugueses. Tais freguesias aumentaram em mais da metade sua população com a chegada desses casais, enquanto que as freguesias de maioria formada por casais descendentes dos ditos

“da Terra” continuavam sendo a de São José (65%), Laguna (87%) e São Francisco do Sul (100%).

No ano de 1753 um novo censo sobre a população da capitania foi produzido para o Conselho Ultramarino. Nesta nova contagem o número da população total de Santa Catarina aparece 6.452 pessoas, mas sem indicar os que estavam situados nas freguesias de São Francisco do Sul e de Nossa Senhora das Necessidades, talvez por não houverem esses núcleos populacionais recebidos novos casais provenientes das ilhas portuguesas, seja em função do maior interesse de Portugal na fixação próxima a Ilha de Santa Catarina, seja pela saturação populacional desses habitantes na freguesia das Necessidades, que aumentou sua população em 756% em menos de cinco anos. Somando os habitantes ora registrados nesses locais em 1750 chegaríamos ao total de 10.121 habitantes na capitania em 1753, o que, no geral, indica o aumento populacional na região quando a tentativa de povoar o local por parte da Coroa portuguesa a partir da mão de obra livre. Quando a chegada dos navios de imigrantes em meados do século XVIII a capitania de Santa Catarina dobrou sua população.

A ECONOMIA DE ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1750-1820)

Gráfico 1: Evolução da população das freguesias de Santa Catarina (1745-1806)²

² 1745: Estimativa feita com base nos “casais da Terra”. Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate Barão do rio Branco. Documentos Avulsos, Santa Catarina (doravante AHU-SC). AHU-SC, Cx. 13, doc. 69 - AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, D. 67. MAPA das freguesias que tem a ilha de Santa Catarina e seu continente, distinguindo os eclesiásticos, os militares, e os civis e os casais das ilhas; 1750: Idem, incluindo os “casais das Ilhas”; 1753: AHU-SC, cx 2, doc. 12. - AHU_ACL_CU_021, Cx. 2, D. 93. MAPA das freguesias da ilha de Santa Catarina, com distinção dos moradores, número de casais e companhias de ordenanças; 1796: AHU-SC, cx. 8, doc. 7. - AHU_ACL_CU_021, Cx. 6, D. 388. OFÍCIO do [governador da ilha de Santa Catarina] tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, ao vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende, D. António José de Castro, remetendo relatórios e mapas referentes à extensão e limites da ilha de Santa Catarina e distritos da sua jurisdição. 1803: AHU-SC, cx. 10, doc. 30, 27 - AHU_ACL_CU_021, Cx. 8 D. 454. CARTA do [governador da ilha de Santa Catarina] coronel Joaquim Xavier Curado, ao príncipe regente [D. João], remetendo mapas estatísticos da povoação, culturas, exportações e importações de 1803, referentes aos diferentes distritos que pertencem à ilha de Santa Catarina; e 1806: AHU-SC, cx. 12, doc 14. - AHU_ACL_CU_021, Cx 9, D. 523. OFÍCIO do [governador da ilha de Santa Catarina], Luís Maurício da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, enviando mapas dos resumos da produção de 1806, do consumo e exportação dos gêneros, relações das madeiras de construção, mapa da população da ilha e mapas do regimento de Infantaria de Linha de Santa Catarina e do Corpo de Milícia desta ilha.

Desterro, por exemplo, que antes da imigração açoriana e madeirense possuía 25% da população total de Santa Catarina, passou a obter, em 1753, quase 50% da população total, sendo a freguesia que mais recebeu casais oriundos da imigração. Nesta freguesia entre 1745 e 1750 houve um aumento de 141% de sua população. A freguesia da Lagoa neste mesmo período aumentou sua população em 514% e a de Nossa Senhora das Necessidades, 756%, sendo que ainda havia mais navios a chegar carregado de novos imigrantes.

A grande maioria dos recém-chegados até 1750 (cerca de 90%) se estabeleceu na Ilha de Santa Catarina e no seu litoral adjacente situado no continente. Vale ressaltar que somente a freguesia de Desterro encontra mais casais oriundos das Ilhas em 1753 do que em 1750, o que sugere que houve êxodo de áreas pré-estabelecidas para o local em que concentrava as funções administrativa, burocráticas e religiosas do Império, além de deter o maior fluxo de embarque e desembarque de mercadorias, por onde se haveria maiores possibilidades de negócios.

Até aqui, esses dois “mapas populacionais” não fazem referência ao número de escravos africanos e indígenas, menos porque não houvesse e mais pelo fato, talvez, de que a intenção do autor fosse localizar a disposição da população recém-chegada em comparação com os descendentes das bandeiras, mesmo admitindo que até então, o número de escravos africanos fosse mesmo muito pequeno na região em comparação daqueles encontrados em áreas agroexportadoras como Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sobretudo quando comparado o número desses escravos com o restante da população instalada no local. Podemos admitir também que as bandeiras expulsaram os índios mais arredios e que a conquista era identificada pelos portugueses somente a poucas léguas do litoral e que, portanto, poderia se desconhecer a quantidade e a localização dos mesmos que fugiam para o interior.

Já em 1749, logo os primeiros desembarques de novos imigrantes, alguns casais instalados em Santa Catarina buscavam autorização para adquirir escravos para poderem trabalhar na lavoura de suas terras. José Francisco de Sousa, por exemplo, protocolou ao rei D. João V um requerimento em que pedia a permissão para “ficar como obrigação do

pagamento deste empréstimo os frutos da terra em farinha para as tropas”.³ Nesse pedido, o autor e sua esposa Catarina Eugênia Bitancurt suplicavam, por serem de “nascimento distinto e de nobreza qualificada” e por não quererem exercer serviços com as próprias mãos, onde, segundo eles, decairia “da sua nobreza ao exercitarem no mecanismo”, discriminação que havia na monarquia portuguesa contra aqueles que exerciam trabalhos manuais. A resposta negativa do súdito com a justificativa de que “não era justo acostumar esta Nova Colônia ao prejudicial abuso de não trabalharem os brancos, que nas outras vivem em prejudicial ociosidade, por ocasião deste mau costume”⁴, evidencia a insistência de tentar povoar o local e estimular a sua exploração, inicialmente, com base na mão de obra livre. Porém, diversos assentos de batizados de africanos a partir de 1760 já demonstram a presença africana em freguesias de Santa Catarina. (Mamigonian & Cardoso, 2013)

A tentativa de fundar uma colônia no Sul exclusivamente com mão de obra livre fracassara. Em 1796 uma nova estimativa da população de Santa Catarina foi elaborada e a população apareceu distinta por gêneros e pelas suas condições jurídicas: livres, libertos e escravos. Nesta avaliação, a capitania apareceu com 23.865 habitantes, ou seja, com um aumento de mais de 100% de sua população em relação ao censo anterior (1753), causado pela reprodução dos casais e, também, pelo crescente aumento do número de escravos africanos transferidos para a capitania, que somavam 20% dos habitantes da região.

O número de navios negreiros que aportaram no Rio de Janeiro (principal parceiro comercial de Santa Catarina) cresceu, sobretudo, após 1808, mas aumentou consideravelmente a partir de 1811, quando de 1816 a 1825 se intensificou ainda mais a chegada desses navios, alcançando cifras anuais cada vez maiores a partir de então até o

³ AHU-SC, cx. 1, doc. 60 - AHU_ACL_021, Cx. 1, d. 60. REQUERIMENTO de José Francisco de Sousa ao rei [D. João V], solicitando escravos para poderem trabalhar na lavoura de suas terras, e ficar como obrigação do pagamento deste empréstimo os frutos da terra em farinha para as tropas.

⁴ AHU-SC, cx. 1, doc. 48; cx 2, doc. 31 - AHU_ACL_CU_021, Cx. 2, D. 114. CARTA do sargento-mor de Batalha, José da Silva Paes, ao rei [D. José], sobre a carta que fez o governador da ilha de Santa Catarina, D. José de Melo Manuel, acerca da dúvida do local para estabelecer a capital de Santa Catarina e onde deveria residir o governo.

encerramento do tráfico em 1830, quando a ilegalidade dificulta encontrar novos desembarques de africanos nas fontes. (Florentino, 1997, p. 46)

Disto, se pode concluir que em 1796, época em que os escravos africanos e seus descendentes compunham cerca de 20% da população de Santa Catarina, o número de maiores desembarques não tinha ainda alcançado seu cume no Brasil. Já em 1806, os escravos chegavam a 21% da população de Santa Catarina, por onde se conclui que até 1808 o percentual de escravos na capitania tenha permanecido praticamente o mesmo, aumentando consideravelmente a partir de 1811, quando a capitania passou a importar cada vez mais escravos para fornecer alimentos e matérias primas a baixo custo para a economia de abastecimento do Centro-Sul colonial ao passo que esta essa aumentava sua produção exportadora.

Entre 1750-1808 a escravidão havia aumentado significativamente em Santa Catarina. A freguesia do Ribeirão, que pela primeira vez aparece em um “mapa populacional” (o que podemos supor que foi criada como um núcleo de povoamento açoriano) foi a que apareceu com a maior porcentagem da sua população composta por escravos (cerca de 30% da população), seguida por São Miguel (28%), local em que havia uma armação baleeira e Desterro (27%). A vila de Laguna, região portuária situada ao sul da capitania, teve sua população escrava estimada em 24% do total da população.

Mas afinal, podemos falar de uma produção escravista no litoral catarinense que se dava por intermédio da inserção de Santa Catarina na economia de abastecimento colonial ligada ao mercado mundial ou de uma produção não-assalariada formada por mão de obra familiar e que se complementava com a escravidão? Os limites deste trabalho não buscam solucionar essa questão, apesar de a pergunta ficar no horizonte. Doravante, levantaremos a hipótese de que a escravidão, que aumentou na capitania a partir de 1811, serviu para impulsionar algumas produções locais e para garantir o fornecimento de bens necessários à subsistência a baixo custo, que integravam via mercado de abastecimento, os núcleos urbanos agroexportadores. Vejamos.

Entre 1750-1808 a economia colonial passou por um processo de diversificação a partir de áreas não voltadas à exportação. Inicialmente, logo após a chegada dos primeiros casais de origem açoriana e portuguesa, o governador da capitania de Santa Catarina, D.

José de Melo Manuel, em carta enviada ao vice-rei do Brasil no ano de 1755, declarava achar mais conveniente incentivar a produção de algodão na região em razão da “extração que há de ter para fora, com que farão bom termo de negócio, como pelas fábricas de pano do mesmo algodão que já muito dos seus moradores ali tecem e fabricam”. Em seguida o governador disse que “achava ser muito útil e necessário impor lhes por obrigação a referida cultura das Arvores de Algodão”, impondo o numero de árvores que cada morador deveria plantar em proporção com as terras que cultivava, já que os moradores locais só se ocupavam naquele momento “em plantar mandioca e milhos e outros gêneros de menos valor que só lhe dão o sustento”.⁵

A intenção do governador da capitania em incentivar a exportação de algodão cru e de tecidos de qualidade inferior produzidos nos teares locais não surtiu grande efeito. Muitos outros bens necessários à subsistência estavam sendo produzidos em Santa Catarina, e para os moradores locais, parecia ser mais vantajoso se inclinarem a uma produção que possuía alta demanda no mercado interno de abastecimento do que competir no fornecimento de artigos de exportação quando as regiões mais próximas dos portos de exportação atlântica conseguiam melhores preços em razão do menor custo dos fretes.

A capitania de Santa Catarina esteve distante dos grandes centros urbanos em meados do século XVIII, por isso, necessitava ampliar sua população, produção e navegação de modo que fosse possível “encurtar as distâncias” via intensificação da navegação de cabotagem. Com isso, haveria maiores possibilidades da Coroa em tirar vantagem de um domínio de um ponto estratégico do litoral Sul.

Inicialmente, a instalação de fortes e bases populacionais próximas às zonas de fronteira demandava investimento de recursos humanos e financeiros por parte da Coroa. Essa quantia era parte do orçamento dos gastos metropolitanos que visavam garantir os limites do território conquistado. Em Santa Catarina, diversos fortes foram construídos no século XVIII para proteger a Colônia, o que devemos supor, que os oficiais e soldados necessitassem de alimentos e material para essas construções. Dada à necessidade, a

⁵ AHU-SC, cx. 2, doc. 14, 27, 49. - AHU_ACL_CU_021, Cx. 2, D. 97. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a carta do governador da ilha de Santa Catarina, D. José de Melo Manuel, acerca da quantidade de árvores de algodão que cada morador deveria plantar, do corte de madeira e da nomeação de um superintendente da cultura e da defesa da madeira.

produção de alimentos e matérias primas na região serviu num primeiro momento à fortificação da Ilha.

Tal produção passou com a chegada do século XIX a se destinar não somente ao consumo interno a capitania, mas, também, passou a crescer e se integrar ao mercado de abastecimento de centros agroexportadores. A princípio, a produção local ganhou ânimo com a vinda de casais açorianos e madeirenses. Em seguida, a ampliação da produção local se deu com a manutenção da escravidão, que alcançava cerca de 20% da população em 1808, isso, como vimos, bem antes da fase de maior dinamismo econômico e de maior desembarque de escravos na região, que ocorreu ainda mais nas décadas de 1810 e 1820. Certamente, esses escravos trabalharam, muitas vezes, ao lado de colonos pobres que fugiam das más condições que enfrentavam em Portugal.

Mas a ampliação da escravidão em Santa Catarina acompanhou o ritmo de desenvolvimento e dinamização da economia global. O processo de abertura dos portos, a integração econômica do Centro-Sul, o aumento da cadeia do crédito, proporcionaram uma maior dinamização da economia local e maior integração ao mercado de abastecimento. Certo que sim. Ao passo que também devemos considerar que este lento processo de povoamento do litoral desde pelo menos 1750, as tentativas sucessivas de dinamizar as economias locais de subsistência e a intensificação da produção agrícola local esteve também responsável por impulsionar a dinamização de áreas voltadas à exportação, através do processo de integração econômica dessas regiões aos centros exportadores. Como já dito, essa engrenagem funcionava de maneira elástica: a demanda externa por produtos coloniais impulsionava as econômicas locais integradas ao abastecimento; ao passo que as economias locais integradas, procurando oferecer melhor preço e qualidade de bens necessários à subsistência, ofereciam esses artigos a baixo custo, com a intensificação da mão de obra escrava na região, criando possibilidades de impulsionar a produção voltada à exportação.

Nesse sentido, o uso da escravidão teve um duplo papel. Ao mesmo tempo em que aumentava o volume daquilo que era produzido, barateando o custo da produção de alimentos, também ficava responsável pelo enriquecimento/enobrecimento daqueles que possuíam os escravos.

Em 1796, o governador da Ilha de Santa Catarina, o tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, mandou ao vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende, D. António José de Castro, um relatório remetendo as condições e os resultados obtidos até então do projeto metropolitano de colonização da capitania de Santa Catarina. Nesse momento, sua população estava assim distribuída: a vila de São Francisco apareceu de novo como a mais populosa freguesia de todas, cerca de 20% da população total da capitania, mas bem menos do que os 50% que a faziam a mais populosa em 1750. Neste mesmo ano, São Francisco do Sul foi responsável pela maior produção de farinha de mandioca encontrada na capitania (60.000 alqueires). Tal produção se dava em todas as freguesias existentes. De Desterro e Ribeirão, Lagoa, Necessidades, São Miguel, São José e Laguna se fabricavam 20.000 alqueires de farinha de mandioca cada por ano.

Mas também havia outros produtos que eram importantes à agricultura de subsistência local e que podiam ser exportados quando produzidos em excedentes. Em 1796, Desterro e Ribeirão, juntas, produziam cerca de 1.000 alqueires de arroz, de feijão e de milho. Lagoa produzia 2.618 alqueires de milho, 1.008 de feijão, 664 de arroz. Necessidades e São Miguel produziam cerca de 2.000 alqueires cada uma desses mesmos produtos. São José era a maior produtora de arroz (6.919 alqueires) e Laguna se destacava neste momento pela sua grande produção de milho (1.175 alqueires) frente às demais produções da freguesia. Na vila de São Francisco não havia milho, mas se produzia arroz (800 alqueires) e feijão (1.000 alqueires) além da maior quantidade de farinha encontrada na região.

No mesmo relatório, o governador da capitania enviou uma importante lista do número de fábricas e engenhos que havia em Santa Catarina em 1796, por onde se pode perceber a instalação do maquinário, das ferramentas e imaginar a ampliação da produção com o incremento de mão de obra nesses locais.

A ECONOMIA DE ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1750-1820)

Tabela 1: Relação dos Engenhos e Fábricas de toda a qualidade, que há na Ilha de Santa Catharina, e nos mais Distritos de sua jurisdição.⁶

Novembro de 1797	Engenhos de açúcar	Fábricas de açúcar	Engenhocas de aguardente	Engenhos de mandioca	Engenhos de pilar arroz	Atafona de moer trigo	Curtumes de couros
Vila do Desterro	-	12	23	87	-	17	9
Distrito do Ribeirão	1	11	29	51	2	7	-
Freguesia da Lagoa	-	10	28	101	-	32	5
Freguesia das Necessidades	-	5	22	111	-	11	2
Freguesia de S. Miguel	1	5	15	190	2	44	6
Freguesia de S. José	-	6	11	164	-	82	5
Freguesia de N. S. de Britto	-	11	25	65	-	39	4
Vila de Laguna	-	-	13	62	-	8	1
Freguesia de V. Nova	1	-	7	39	-	39	-
Vila do Rio de S. Francisco	-	-	19	14	-	-	-
Soma	3	60	192	884	4	279	32

De acordo com a tabela acima, havia em 1796 um total de 884 engenhos de farinha de mandioca, 279 atafonas, 192 fábricas de fazer cachaça, 60 de fazer açúcar, além de 32

⁶ AHU-SC, cx. 2. doc. 14, 27, 49. AHU_ACL_CU_021, Cx. 2, D. 97. Idem.

curtumes. Importante notar que de São Francisco, com 14 engenhos de farinha se produziu 60.000 alqueires, enquanto outras localidades possuíam entre 100 e 190 desses engenhos para produzir entre 20 e 25 mil alqueires. Daqui, duas conclusões: ou São Francisco do Sul comprava farinha de outro lugar para reexportar ou a fabricação de farinha nas demais freguesias ainda não tinha alcançado seu potencial de produção. A aguardente era produzida entre 6.000 e 8.000 “medidas” em todas as freguesias da Ilha (que contavam com cerca de 20 a 30 alambiques) e de 2 a 4 mil “medidas” nas freguesias de Enseada de Brito, Laguna e de São Francisco.

Interessante também notar que no relatório enviado ao vice-rei em 1796 a cultura do linho estava concentrada nas freguesias de Desterro, Lagoa, São José, e também inserida em todas as demais freguesias, exceto na de São Francisco do Sul. O algodão também estava presente em todas as freguesias, exceto também na de São Francisco do Sul e na de Vila Nova. A freguesia de Nossa Senhora das Necessidades era a maior produtora deste artigo na região (726 arrobas), seguido do complexo Desterro-Ribeirão (469 arrobas) e Lagoa (449 arrobas). Enseada de Brito, São José e São Miguel fabricavam em média cerca de 400 arrobas de algodão cada.⁷

⁷ Mapa da qualidade de Gêneros e Efeitos que se colhem e fabricam anualmente na Ilha de Santa Catharina e nos mais Distritos da sua jurisdição, feito pelas memórias e observações do que [ilegível] no ano de 1796. In: AHU-SC, cx. 8, doc. 7. - AHU_ACL_CU_021, Cx. 6, D. 388. OFÍCIO do [governador da ilha de Santa Catarina] tenente-coronel João Alberto de Miranda ribeiro, ao vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende, D. António José de Castro, remetendo relatórios e mapas referentes à extensão e limites da ilha de Santa Catarina e distritos da sua jurisdição.

Tabela 2: Relação dos panos de linho e algodão que se teceram na Ilha de Santa Catarina e nas freguesias anexas de sua Terra Firme e dos sítios que há nas ditas freguesias. Ano de 1755.⁸

Freguesia	Sítios	Teares	Varas de Pano de Linho tecido com algodão	Varas de Pano de Algodão Puro
Desterro	200	50	5.239	634
Lagoa	150	52	6.283	202
Necessidades	190	32	592	5.880
Terra Firme	123	27	1.188	1.740
S. José	182	54	6.020	2.080
Rosário da Enseada	188	28	294	1.717
Santa Anna	123	30	1.264	664
Soma Geral	1.156	266	24.077	12.181

As freguesias da Ilha de Santa Catarina e as localizadas próximas a Desterro pelo continente, isto é, Desterro, Lagoa, Necessidades, São Miguel, São José, Enseada de Brito e Santa Ana, possuíam em 1750, 266 teares (40 teares em média cada) e que produziam 24.077 varas de pano de linho tecido com algodão e outras 12.181 varas de pano de algodão puro.⁹ O numero de teares encontrados na capitania em 1786 foi de 583¹⁰, mas somente foram citados os das freguesias de Desterro, Necessidades, Lagoa, São Miguel e Rosário, o que corresponderia a somente cerca de 200 teares em 1750. Portanto, se pode

⁸ Idem.

⁹ Relação dos panos de linho e algodão que se teceram na Ilha de Santa Catarina e nas freguesias anexas de sua Terra Firme e dos sítios que há nas ditas freguesias. Ano de 1755. In: AHU-SC, cx. 2, doc. 14, 27, 49 - AHU_ACL_CU_021, Cx. 2, D. 97. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a carta do governador da ilha de Santa Catarina, D. José de Melo Manuel, acerca da quantidade de árvores de algodão que cada morador deveria plantar, do corte de madeira e da nomeação de um superintendente da cultura e da defesa da madeira.

¹⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Cód. 106, vol. 09, of. 12. Do governador José Pereira Pinto ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, em 24.12.1786. APUD: SILVA, Augusto da. A Economia da Ilha de Santa Catarina no Império Português (1738-1807). In: *II Encontro de Economia Catarinense*. Chapecó: Universidade Comunitária de Chapecó, 2008.

perceber, que houve durante a segunda metade do século XVIII um aumento na produção de linho e algodão, visto que dobrou o número de teares nesse período.

A produção de taboas e betas de cipó-imbé e madeiras também era uma importante fonte de renda na região e era feita quase que exclusivamente através de Desterro, mas, principalmente, pela freguesia do Rio de São Francisco.

Diversos mapas de produção, exportação e consumo foram confeccionados a partir de 1803, mas sem indicar a produção por freguesias, passando a enfatizar o volume daquilo que estava sendo produzido, o quanto estava sendo consumido na capitania e os excedentes que se destinavam ao mercado interno de abastecimento. Em 1803 são produzidos dois mapas. Um especificamente da produção das freguesias da Ilha de Santa Catarina e suas freguesias adjacentes situadas no continente próximo e outro em que inclui as vilas de Laguna e São Francisco, por onde se percebe que a instalação dos imigrantes portugueses as margens do porto de Desterro e o posterior uso da mão de obra escrava havia impulsionado a produção, sobretudo, de áreas mais próximas ao principal local de embarque dessas mercadorias até mercados mais distantes.

O complexo produtivo “Ilha de Santa Catarina-continente adjacente”, o que se convencionou chamar na atualidade de zona da “Grande Florianópolis”, era responsável no início do século XIX (1803) por cerca de 60% da farinha de mandioca produzida na capitania, de onde podemos concluir que Rio de São Francisco ainda continuava em posição de destaque na produção desta cultura. Havia também um mercado de exportação para muito daquilo que era produzido na capitania em 1803: feijão e milho, por exemplo, eram exportados cerca de 2.000 alqueires anualmente. Esses produtos eram muito mais consumidos do que exportados, mesmo havendo, como no caso da farinha de mandioca, 63.000 alqueires destinados exclusivamente à exportação.

Outros alimentos eram bem mais exportados do que consumidos no local em 1803. De peixe-seco, por exemplo, eram exportados 11.120 milheiros, ao passo que consumidos 7.410 milheiros. Havia também neste mesmo ano uma exportação considerável de açúcar e arroz que juntos com o café, aguardente e couro eram exportados cerca de 80% daquilo que se produzia desses mesmos produtos.

Juntas, todas as produções locais somavam em exportação o valor de 179.682 cruzados em 1803, 184.440 cruzados em 1806, 188.257 cruzados em 1810 e 214.900 cruzados em 1820. Por onde podemos perceber que o aumento da mão de obra escrava fornecida a crédito aos colonos locais para pagarem com os frutos das colheitas futuras e os frutos destas mesmas colheitas obtidos a crédito pelo mercador local que os revendia na Corte por comissão, forma de pagamento muito comum no Brasil Colonial e que caracterizou o processo de integração do centro-sul, criou condições para que se ampliassem a renda local obtida através da exploração do solo e do trabalho escravo, ao passo que essas mesmas produções financiavam a expansão dos locais destinados à exportação.

Por fim, cabe perceber quais produtos no local que aumentaram a produção à medida que novos escravos africanos passaram a ser desembarcados, comparando alguns dados das tabelas de produção, consumo e exportação da capitania de Santa Catarina nos anos de 1803, 1806 e 1820. Optei aqui por usar a conversão de pesos e medidas do século XVIII e início do XIX elaborada por Roberto Simonsen¹¹ a fim de transformar as medidas “quintal” e “arrobas” em quilos e o “alqueire” (medida de capacidade para grãos e artigos secos) em “litros”.

¹¹ As medidas antigas portuguesas podem ser atualizadas para quilogramas de acordo com Roberto Simonsen: 1 quinta = 59 kg; 1 arroba = 15 kg; e 1 alqueire = 36 litros. SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977, pp. 462-463.

A ECONOMIA DE ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1750-1820)

Tabela 2: Produção, Exportação e Consumo da capitania de Santa Catarina (1803; 1806 e 1820)¹²

Ano	Gêneros	Unidade	Produção	Consumo	Exportação
1803	Açúcar	Kg	51.743	8.732	43.011
1806	Açúcar	Kg	95.285	31.270	64.015
1820	Açúcar	Kg	43.247	22.833	20.414
1803	Aguardente	Medidas	67.959	13.254	54.705
1806	Aguardente	Medidas	76.059	16.450	59.609
1820	Aguardente	Medidas	112.840	34.626	78.214
1803	Algodão	Kg	61.006	41.654	19.352
1806	Algodão	Kg	51.566	42.539	9.027
1820	Algodão	Kg	47.908	43.188	4.720
1803	Alhos	Réstias	12.987	4.402	8.585
1806	Alhos	Réstias	9.907	4.643	5.264
1820	Alhos	Réstias	23.547	4.693	18.854
1803	Arroz	Kg	236.767	52.333	184.424

¹² 1803: Resumo do que importam o total das produções que houve nas Paróquias da Ilha de Santa Catarina com os mais distritos em sua produção com a especificação do que se consumiu na mesma e delas se exportou no ano de 1803. In: AHU-SC, cx. 10, doc. 30, 27 – AHU_ACL_CU_021, Cx. 8, D. 454. CARTA do [governador da ilha de Santa Catarina] coronel Joaquim Xavier Curado, ao príncipe regente [D. João], remetendo mapas estatísticos da povoação, culturas, exportação e importações de 1803, referentes aos diferentes distritos que pertencem à ilha de Santa Catarina; 1806: Resumo do que importam as produções em particular dos distritos pertencentes a Vila de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina, especificando o que se consumiu nos referidos e deles se exportou no ano de 1806, conforme os segundos Mapas Comparativos de onde se extraiu o presente Resumo, fazendo-se menção das Vilas de Laguna e São Francisco, dependentes deste Governo. In: AHU-SC, cx. 12, doc. 14. – AHU_ACL_CU_021, Cx. 9 D. 523 OFÍCIO do [governador da ilha de Santa Catarina], Luís Maurício da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, enviando mapas dos resumos da produção de 1806, do consumo e exportação dos gêneros, relações das madeiras de construção, mapa da população da ilha e mapas do requerimento de Infantaria da Linha de Santa Catarina e do Corpo de Milícia desta ilha; e 1820: Resumo do que importam as produções dos distritos pertencentes à Vila de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina, especificando o que delas se consumiu e exportou no ano de 1820, e incluindo no presente Resumo as produções das Vilas de São Francisco e Laguna, dependentes deste Governo. In: AHU-SC, cx. 13, doc. 22. – AHU_ACL_CU_021, Cx. 10, D. 607. OFÍCIO do deputado Lourenço Rodrigues de Andrade ao Congresso das Cortes, enviando mapas da Província de Santa Catarina sobre a população, consumo, e exportação de produtos, rendimento e despesas e dos recebimentos e pagamentos da Junta da Fazenda Real da ilha de Santa Catarina.

A ECONOMIA DE ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1750-1820)

1806	Arroz	Kg	322.730	105.315	217.356
1820	Arroz	Kg	483.800	107.085	376.715
1803	Betas de Imbé	Un.	5.424	276	5.148
1806	Betas de Imbé	Un.	2.136	144	1.992
1820	Betas de Imbé	Un.	3.744	1.176	2.568
1803	Café	Kg	13.452	1.770	11.682
1806	Café	Kg	11.800	1.593	10.207
1820	Café	Kg	66.375	16.461	49.914
1803	Cebolas	Réstias	11.293	4.620	6.673
1806	Cebolas	Réstias	11.973	4.228	7.745
1820	Cebolas	Réstias	17.628	5.850	11.778
1803	Couros	Un.	203.900	33.900	170.000
1806	Couros	Un.	63.300	7.800	55.500
1820	Couros	Un.	30.800	7.400	23.400
1803	Farinha	Litros	6.977.772	4.694.544	2.283.228
1806	Farinha	Litros	7.243.380	4.685.868	2.557.512
1820	Farinha	Litros	11.072.736	5.945.796	5.126.940
1803	Feijão	Litros	342.000	259.380	82.620
1806	Feijão	Litros	423.900	317.304	106.596
1820	Feijão	Litros	550.404	330.048	220.356
1803	Linho Ordinário	Kg	14.042	12.390	1.652
1806	Linho Ordinário	Kg	15.340	12.390	2.950
1820	Linho Ordinário	Kg	5.900	4.956	944
1803	Madeira	Un.	4.284	1.800	2.484
1806	Madeira	Un.	8.304	1.740	6.612
1820	Madeira	Un.	18.744	3.720	15.024
1803	Milho	Litros	292.464	223.812	68.652

A ECONOMIA DE ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1750-1820)

1806	Milho	Litros	295.704	202.500	93.204
1820	Milho	Litros	993.456	387.180	606.276
1803	Peixe Salgado	Milheiro	18.430	7.410	11.020
1806	Peixe Salgado	Milheiro	4.969	321	4.647
1820	Peixe Salgado	Milheiro	28.919	28.623	296
1803	Tabaco	Kg	5.487	1.888	3.599
1806	Tabaco	Kg	11.328	5.841	5.487
1820	Tabaco	Kg	1.711	1.003	708

De açúcar, em 1803, foram produzidos quase 52 mil quilogramas e cerca de 80% de sua produção estavam voltados para a exportação. Em 1806 tem-se quase o dobro dessa produção, entretanto se exportaram 67% e em 1820, uma produção menor daquela de 1803 e somente 47% de sua produção foi exportada. No início do século, a alta demanda por produtos coloniais voltados à exportação pode ter impulsionado a produção açucareira do litoral catarinense, mas a queda no preço do açúcar, iniciada, sobretudo, após 1817, e a concorrência dos produtores cariocas localizados muito mais próximos às regiões do embarque transatlântico, pode ter desestimulado essa produção em Santa Catarina. O açúcar voltou a ser produzido em 1820 em quantidades parecidas com as de 1803, mas, diferentemente, seu consumo agora era 2,5 vezes maior no interior da capitania.

Caso similar ocorreu também com a produção de algodão. Em 1803, cerca de 60 mil quilogramas de algodão foram produzidos em Santa Catarina e somente 30% de sua produção foi exportada. Em 1806 teve 17% de sua produção exportada e em 1820 apenas 10%. Entretanto, o consumo na capitania se manteve em cerca de 40 mil quilogramas anuais, tendo a sua produção decaída aquela que estava voltada à exportação. O que podemos concluir que, diferentemente do açúcar, o algodão não teve sua queda na exportação compensada com o aumento do consumo interno, e que apesar dos estímulos dados a essa cultura, ela não se desenvolveu no litoral catarinense. De linho, 14 mil quilogramas foi produzido em 1803 e somente 11% foi exportado. Em 1820, sua produção

caiu pela metade ao passo que sua exportação aumentou proporcionalmente aquilo que era produzido (16%).

De cipó-imbé, muito utilizado para fazer as cordoarias de navios, foi produzido em 1803 cerca de 5.500 unidades e se exportava 94% de sua produção. Podemos imaginar que à medida que se explorava as encostas da região, o produto ia desaparecendo, já que necessitava de anos de crescimento para sua colheita. Em 1820 sua produção foi de 3.744 unidades e sua exportação alcançava a cifra de 68%. Disto, percebemos que era um produto extraído da região e voltado majoritariamente para exportação. A madeira, produzida cerca de 4.200 unidades em 1803 tinha 57% de sua produção voltada à exportação. Tal produção aumentou em 4 vezes desde 1803 até 1820, ano em que foram produzidas 18.744 peças de madeira e sua exportação aumentou para 80% daquilo que era produzido.

Os couros também decaíram sua produção quando comparados com 1803. Neste ano, tem-se 203.900 peças de couros produzidas na capitania e 83% de sua produção exportada. Sua produção decaiu para 30.800 peças de couro em 1820, mesmo a porcentagem daquilo que era exportado de couro tendo ficado próximo aos 80% do que era produzido. Talvez, algo tenha acontecido com o fluxo de gado que chegava de Viamão e era embarcado pelos portos catarinenses.

Outros artigos aumentaram consideravelmente a exportação entre 1803 e 1820. O arroz, por exemplo, aumentou sua exportação de 236 mil quilogramas em 1803 para 322 mil em 1806 e 483 mil quilogramas em 1820. Sua exportação, que era de 77% do total de arroz que era produzido na capitania em 1803 passou para 67% em 1806 e voltando a 77% em 1820. O arroz era uma das culturas locais que aumentava o consumo na capitania em proporção ao aumento populacional, mas sua produção voltada para exportação também sempre aumentou bastante.

O feijão, medido em alqueires, também se constituiu uma importante fonte de renda. Inicialmente 342 mil litros foram produzidos em 1803 tendo 24% de sua produção exportada. Ao passo que em 1806 sua exportação foi de 423.900 litros e em 1820, 550.404 litros. Sua exportação subiu de 24% de sua produção em 1803 para 40% em 1820. Caso semelhante aconteceu também com o milho. De 292.262 litros produzidos em 1803, sua

produção aumentou 993.456 litros em 1820, tendo sua exportação aumentada de 23% para 60%.

A farinha de mandioca, principal cultivo da região, aumentou também em grandes proporções. Das cerca de 7 toneladas produzidas na década de 1800, o produto teve sua produção próxima a 11 mil toneladas em 1820. Produto muito utilizado como alimento por aqueles que habitavam o sul desde o início da colonização, sua exportação subiu de 32% inicialmente, para 35% em 1806 e 46% em 1820 daquilo que era produzido de farinha na região. Principal produção da capitania, a produção de farinha demandava braços e maquinário para aumentar sua produção, por onde se pode imaginar a maior quantidade de escravos trabalhando no seu cultivo.

O café também foi um produto que aumentou a exportação. Dos cerca de 10 mil quilogramas que era produzido em 1803 e 1806, sua produção aumentou cinco vezes na década seguinte e sua exportação que era de 85% da produção cafeeira, caiu para 75% em 1820. O que podemos perceber que deste produto, aumentou em grande parte a sua exportação e também o seu consumo no interior da capitania.

Vale notar também que o peixe-salgado, importante fonte de exportação no início do XIX (cerca de 60% de sua produção foi exportada), na década de 1820 teve sua exportação reduzida para somente 1% daquilo que era produzido deste item na capitania, mesmo tendo quase dobrado a sua produção entre 1803 e 1820, se constituindo como principal alimento dos habitantes locais.

Para concluir esta comunicação, farei observações pontuais.

O projeto da Coroa portuguesa em povoar as proximidades da Ilha de Santa Catarina e tentar, inicialmente, desenvolver as culturas voltadas à exportação (como o algodão e o linho) com base na mão de obra livre fracassou. Os casais açorianos e madeirenses, que duplicaram a população de Santa Catarina em meados do século XVIII, voltaram a sua produção para a agricultura de subsistência a fim de oferecer alimentos e matérias primas para as expedições que ancoravam com o intento de fazer o abastecimento das naus e para suprir de alimentos os construtores das fortalezas.

Na virada do século XVIII para o XIX a escravidão aumentou consideravelmente nas regiões produtoras e portuárias. Mas o incremento de escravos na economia local não se traduziu em ampliação das culturas voltadas à exportação. As produções de açúcar, algodão, linho e couros diminuíram entre 1803 e 1820. A extração de cipó e madeira sempre esteve voltada à exportação e continuou sendo assim praticamente durante todas as duas primeiras décadas do século XIX.

As produções que aumentaram de exportação foram, sobretudo, as de arroz, milho, café e, principalmente, farinha de mandioca. Donde se conclui que foi nessas culturas que se introduziu a grande parte da mão de obra africana que passou a desembarcar na região a partir de 1811. Inclui-se aí, também a fabricação de aguardente que aumentou 66% entre 1803 e 1820. Ainda que se possa afirmar que a aguardente e o café fossem destinados à exportação, assim como parte da farinha de mandioca que se constituía no principal alimento das embarcações que faziam o tráfico Atlântico de escravos, o fato é que a mão de obra escrava em Santa Catarina viabilizou a fixação dos casais açorianos e madeirenses, pois ajudou a compor a riqueza de muitos senhores que viviam no local e viabilizou também a expansão de zonas voltadas à exportação, a partir da inserção de seus produtos na economia colonial de abastecimento, ajudando na expansão da economia mundial moderna.

Fontes:

Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa:

AHU-SC, cx. 1, doc. 48; cx 2, doc. 31. - AHU_ACL_CU_021, Cx. 2, D. 114. CARTA do sargento-mor de Batalha, José da Silva Paes, ao rei [D. José], sobre a carta que fez o governador da ilha de Santa Catarina, D. José de Melo Manuel, acerca da dúvida do local para estabelecer a capital de Santa Catarina e onde deveria residir o governo.

AHU-SC, cx. 1, doc. 60. - AHU_ACL_021, Cx. 1, d. 60. REQUERIMENTO de José Francisco de Sousa ao rei [D. João V], solicitando escravos para poderem trabalhar na

lavou as suas terras, e ficar como obrigação do pagamento deste empréstimo os frutos da terra em farinha para as tropas.

AHU-SC, cx. 10, doc. 30, 27 – AHU_ACL_CU_021, Cx. 8, D. 454. CARTA do [governador da ilha de Santa Catarina] coronel Joaquim Xavier Curado, ao príncipe regente [D. João], remetendo mapas estatísticos da povoação, culturas, exportação e importações de 1803, referentes aos diferentes distritos que pertencem à ilha de Santa Catarina.

AHU-SC, cx. 12, doc. 14. – AHU_ACL_CU_021, Cx. 9 D. 523. OFÍCIO do [governador da ilha de Santa Catarina], Luís Maurício da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, enviando mapas dos resumos da produção de 1806, do consumo e exportação dos gêneros, relações das madeiras de construção, mapa da população da ilha e mapas do requerimento de Infantaria da Linha de Santa Catarina e do Corpo de Milícia desta ilha.

AHU-SC, cx. 13, doc. 22. – AHU_ACL_CU_021, Cx. 10, D. 607. OFÍCIO do deputado Lourenço Rodrigues de Andrade ao Congresso das Cortes, enviando mapas da Província de Santa Catarina sobre a população, consumo, e exportação de produtos, rendimento e despesas e dos recebimentos e pagamentos da Junta da Fazenda Real da ilha de Santa Catarina.

AHU-SC, cx. 13, doc. 69. - AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, D. 67. MAPA das freguesias que tem a ilha de Santa Catarina e seu continente, distinguindo os eclesiásticos, os militares, e os civis e os casais das ilhas; 1750: Idem, incluindo os “casais das Ilhas”.

AHU-SC, cx. 2, doc. 12. - AHU_ACL_CU_021, Cx. 2, D. 93. MAPA das freguesias da ilha de Santa Catarina, com distinção dos moradores, número de casais e companhias de ordenanças.

AHU-SC, cx. 2, doc. 14, 27, 49. - AHU_ACL_CU_021, Cx. 2, D. 97. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a carta do governador da ilha de Santa Catarina, D. José de Melo Manuel, acerca da quantidade de árvores de algodão que cada morador deveria plantar, do corte de madeira e da nomeação de um superintendente da cultura e da defesa da madeira.

AHU-SC, cx. 8, doc. 7. - AHU_ACL_CU_021, Cx. 6, D. 388. OFÍCIO do [governador da ilha de Santa Catarina] tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, ao vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende, D. António José de Castro, remetendo relatórios e mapas referentes à extensão e limites da ilha de Santa Catarina e distritos da sua jurisdição.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro:

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Cód. 106, vol. 09, of. 12. Do governador José Pereira Pinto ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, em 24.12.1786.

Bibliografia:

BARICKMAN, Bert. Um contraponto baiano: açúcar fumo e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, 1790 – 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti & CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti & VIDAL, Joseane Zimmermann. *História Diversa: Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*.

PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 1982.

SANTA CATARINA, Assembleia Legislativa. *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1979.

SILVA, Augusto da. A Economia da Ilha de Santa Catarina no Império Português (1738-1807). In: *II Encontro de Economia Catarinense*. Chapecó: Universidade Comunitária de Chapecó, 2008.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

TOMICCH, Dale. *Pelo prisma da escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2011.